

AS BIBLIOTECAS NOS MOSTEIROS DA ANTIGA CONGREGAÇÃO BENEDITINA PORTUGUESA

JOSÉ AMADEU COELHO DIAS, OSB*

Resumo: O autor pretende contribuir para o conhecimento da importância que os beneditinos, seguindo as determinações de S. Bento, davam à cultura nos seus mosteiros, quer através dos «scriptoria», na Idade Média, quer através das bibliotecas, desde o século XVI. Neste ponto, procura realçar o papel dos mosteiros da antiga Congregação Beneditina Portuguesa (1567-1834) e sublinha o interesse que nos mosteiros portugueses se dava às bibliotecas dos respectivos mosteiros. Com este objectivo baseia-se num documento de 1785 já publicado por Camilo Castelo Branco (cfr. *Mosaico e Silva*), bem como nos inventários dos mosteiros, ao tempo da expulsão dos religiosos, em 1834.

Palavras-Chave: Biblioteca; mosteiro; Scriptorium; Congregação Beneditina Portuguesa.

Abstract: This paper intends to highlight the importance the Benedictines gave to culture in their monasteries, in accordance with the rule of St. Benedict, whether through the «scriptoria» in the Middle Ages, or in their libraries since the 16th century. In this regard, focus is brought to bear on the role of the monasteries of the Portuguese Benedictine Congregation (1567-1834), and the relevance given to libraries in Portuguese monasteries. To achieve this goal, a document dating from 1785 that was published by Camilo Castelo Branco (cfr. *Mosaico e Silva*) is analysed, as well as the monasteries' inventories at the time when the religious orders were expelled from Portugal in 1834.

Keywords: Library; monastery; Scriptorium; Portuguese Benedictine Congregation.

Um mosteiro, sobretudo um mosteiro beneditino, é, por natureza, um grande edifício material que memorializa e transmite, ao longo dos tempos, a vida dos monges que ali estiveram, servindo a Deus e promovendo a cultura. Por isso mesmo, um mosteiro é, também, pelo seu arquivo e pela sua biblioteca, uma fonte de materiais da memória. Ora, na cultura humana, o gosto e a necessidade dos arquivos e das bibliotecas já vem dos períodos pré-clássicos, do tempo dos Assírios e Babilonenses, como prova o estudo de Samuel Noah Kramer¹. Incrementou-se, porém, com os gregos e romanos, tendo ficado célebre Biblioteca de Alexandria. Os monges cristãos, sempre baseados na leitura da Sagrada Escritura, não puderam alhear-se da realidade cultural e, por isso, durante a Idade Média, foram não só os transmissores da cultura antiga como até promoveram, nos seus «scriptoria», a conservação e a difusão dos códices da literatura que a civilização cristã ia desenvolvendo. Neste sentido, ficou culturalmente emblemático o papel dos monges beneditinos enquanto construtores de «Memória Material e Materiais de Memória».

* FLUP/CITCEM.

¹ KRAMMER, Samuel Noah – *A História começa na Suméria*.

1. S. BENTO, A LEITURA E A CULTURA

Os beneditinos são a única ordem religiosa da Igreja Católica Ocidental anterior ao ANO MIL. Com efeito, foram fundados por S. Bento de Núrcia (480-547) e, na Igreja e no mundo Europeu, são apresentados como sinónimo de paciência; daí o provérbio, tantas vezes repetido, «Paciência de beneditino!» E porquê? Precisamente por causa da maneira aturada e paciente com que, nos «scriptoria» medievais dos seus mosteiros, transcreveram os escritos antigos e os transmitiram à posteridade². Com a invasão dos bárbaros que tudo destruíam, se não fosse o trabalho dos monges, ter-se-ia perdido o património cultural de gregos, romanos e dos Padres da Igreja Cristã. Está aí o mérito cultural dos monges, a sua acção educativa para o renascimento da Europa ocidental. Rábano Mauro, abade beneditino do mosteiro de Fulda, Alemanha, tinha 12 monges quotidianamente ocupados na transcrição de códices. Foi devido, sem dúvida, à plurifacetada acção dos monges beneditinos com a cruz, o livro e charrua, que S. Bento mereceu ser proclamado por Pio XII «Pai da Europa» e por Paulo VI «Padroeiro da Europa», em 1964, reconfirmado por João Paulo II em 1980³.

Os beneditinos constituem, de facto, a ordem mais antiga da Igreja Católica romana. Fundados por S. Bento de Núrcia (480-547), que instituíra mosteiros em Subiaco e Monte Cassino, regem-se pela Regra que ele mesmo, «homem cheio do espírito de todos os justos», lhes deu, uma regra de que o papa S. Gregório Magno (+604) dá testemunho: «Ele escreveu uma Regra dos Monges, notável pela discipulação, de linguagem luminosa. Se alguém quiser conhecer mais a fundo os seus costumes e vida, pode achar nos preceitos da mesma Regra todos os actos do seu magistério; porque o santo varão nunca foi capaz de ensinar coisa diferente daquilo que ele próprio viveu»⁴.

Curioso é que, naqueles tempos bárbaros, o santo legislador se preocupasse com a cultura dos monges e urgisse a leitura como meio de formação. Na realidade, ele determinou que «à mesa dos monges nunca faltasse a leitura» (RB, 38), porque ele bem sabia que o que o pão é para o corpo é a leitura para o espírito.

S. Bento já empregava a palavra «Biblioteca» (RB, 48,15) e, qualquer que fosse a natureza da mesma (bíblica, litúrgica, patrística), o certo é que, nos mosteiros, devia haver um depósito de livros ou códices manuscritos para instrução dos monges. Na verdade, S. Bento usa uma terminologia que nós diríamos corresponder a uma dimensão escolástica de estudo: «*disciplina, discipulus, doctrina, magisterium, schola*». E se defende o trabalho manual, não deixa de aconselhar a leitura divina e de apontar os instrumentos do trabalho intelectual, estilete e tabuinhas («*graphium, tabulas*», RB, 55,19), autênticos

² CAVALLLO, G. – *Il monaco, lo scrittoio e il libro*. Seregno: Abbazia San Benedetto, 2002.

³ PIO XII – «*Fulgens radiatur*». Encíclica de 21/III/1947. Texto português em «*Mensagem de S. Bento*», ano XVI, n.º 5. Singeverga, 1947, 131-146; PAULO VI – «*Pacis Nuntius*». Breve Pontifício de 24/X/1964, in «*Acta Apostolicae Sedis*», 56, 1964 e tradução portuguesa em «*Ora & Labora*», ano XI, n.º 6. Singeverga, 1964, 359-361; JOÃO PAULO II – «*Sanctorum Alitrix*». Carta Apostólica de 11/VII/1980, publicada em «*L'Osservatore Romano*», edição em português, ano XI, n.º 35 (561), 31/VIII/1980, 3-5.

⁴ S. GREGÓRIO MAGNO – *Il Livro dos Diálogos. Vida de S. Bento*. Mosteiro de Singeverga/Porto: Edições «Ora & Labora»/Mosteiro de S. Bento da Vitória, 1980 (II Dial. 36). Cfr. FELIZ CARBAJAL, Fr. M.ª Alberico – *Concordancias de los «Dialogos» de S. Gregório Magno y de la Regla de S. Benito*. Burgos: Las Huelgas, 1980.

precursores dos nossos lápis, lapiseiras, canetas, esferográficas e papel. Era esta, pois, uma tradição que até Cassiodoro incentivou no seu mosteiro de *Vivarium*, na Calábria, sul da Itália, quando, no século VI, escrevendo as «*Institutiones divinarum et humanarum litterarum*», afirmava que se deve guardar com a devida cautela a memória da leitura divina mesmo quando, às vezes, se está ocupado com livros seculares⁵. Pedro Venerável, abade de Cluny (século XIII), melhor que ninguém soube apontar o trabalho cultural dos monges e até fez traduzir do árabe o Alcorão⁶.

Mais tarde, por força do espírito cisterciense e influência de S. Bernardo que garantia aprender mais com as árvores da floresta que com os livros⁷ e que o monge aprenderia mais à sombra das árvores do que na escola⁸, um velho prolóquio monástico dizia que era «preferível um abade lavrador a um abade orador»⁹.

Por sua vez, a tradição monástica dos beneditinos cluniacenses acrescentou a máxima de que «Mosteiro sem biblioteca é acampamento sem arsenal» («*Clastrum sine armario quasi castrum sine armamentário*»). Na realidade, até os Estatutos cistercienses de 1454 acabaram por reconhecer que «o claustro sem livros é o túmulo dum homem vivo»¹⁰. Mosteiro e Biblioteca serão, ao longo dos tempos, um binómio ou par inseparável.

De facto, na prática, seriam os monges, desde ao século VI ao XII, com Santo Isidoro de Sevilha, S. Beda, Alcuíno, Rábano Mauro e outros muitos, a conservar e defender a cultura clássica que transmitiram como legado à Europa moderna¹¹, embora os monges antigos e medievais, no «Ora» da Igreja, lessem quase exclusivamente pelo Saltério, pela Bíblia e pelos Santos Padres.

2. OS BENEDITINOS, A LEITURA E O *SCRIPTORIUM*

Os monges, na sua filosofia de vida, sabiam bem que os livros da cultura são tão necessários à vida das instituições religiosas como o alimento para o corpo humano. Assim foi na

⁵ «*Memoriam siquidem lectionis divinae recognita cautela servabit, cum in supradicto libro (Retórica) eius vim qualitatemque cognoverit, artem vero pronuntiationis in divinae legis effatione concipiet; vocis autem diligentia in psalmodiae cantatione custodit. Sic instructus in opere sancto redditur quamvis aliquantulum libris saecularibus occupetur*» (CASSIODORUS – *Institutiones*, Lib. II, 2). Cfr. PENCO, Gregório – *Lo studio presso i monaci occidentali nel secolo VI*. In «Los monjes y los estudios». Abadia de Poblet, 1963, 41-60 (58).

⁶ «*Clausus tenebris speleo tuo, et in codicibus tuis terras ac maria peragrabis, in publicis ecclesiae conventibus lectoris ore uerbum dei de sublimi loco speculator inclamabis, in remotis claustrorum et domorum angulis illud idem seruis dei silentibus insusurrabis*» (PETRUS VENERABILIS – *Epistolae*, Ep. 20, línea 2).

⁷ «*Amplius invenies in silvis quam in libri*» (BERNARDUS CLARAEVALLENSIS – *Epistola* 106).

⁸ «*Sed nec ardua montium, nec aspera rupium, nec vallium concava perhorresco, cum in diebus istis montes stillent dulcedinem et colles fluant lac et mel, in quibus valles abundant frumento, in quibus mel sugitur de petra oleum que de saxo durissimo, et in rupibus et in montibus sunt pascuae ovium Christi. Unde arbitror quod malleo illo tuo aliquid tibi de rupibus illis excuderis, quod sagacitate ingenii de magistrorum scriniis non tulisses, et nonnumquam tale aliquid in meridiano fervore, sub umbris arborum senseris quale numquam didicisses in scholis*» (BERNARDUS CLARAEVALLENSIS – *Epistola* 523, línea 14).

⁹ «*Malumus abbatem aratorem quam oratorem*».

¹⁰ «*Cum otio sine litteris mors et vivi hominis sepultura fore dignoscatur*» (Statuta 1454. In CANIVEZ – *Statuta Cisterciencia*, T. IV, 714-715).

¹¹ RUCQUOI, Adeline – *Ordres religieux et histoire culturelle dans l'Occident medieval*. «Lusitania Sacra», 2ª série, XVII, 2005, 299-328.

tradição monástica desde S. Bento, no século VI, e ao longo da história posterior. Na verdade, S. Bento determina que «à mesa das refeições nunca deve faltar a leitura» (RB, 38) e legisla para que se institua o hebdomadário da leitura e que, para isso, receba mesmo uma bênção e que a leitura se faça com edificação. Por outro lado, ordena que se leia a horas estabelecidas.

De facto, na distribuição do horário, S. Bento distingue tempos para orar, trabalhar, ler. Não era só o binómio «*Ora & Labora*», como geralmente se pensa e diz, repetindo um prólogo que, aliás, é dos finais do século XIX, elaborado por D. Mauro Wolter, abade Beuron, na Alemanha¹².

Na realidade, quanto à leitura, S. Bento ordena que os monges, após a Páscoa até 14 de Setembro, «desde a quarta hora até cerca da sexta, entreguem-se à leitura» (RB, 48), isto é, desde *10 às 12 horas* da manhã.

«Desde 14 de Setembro até ao princípio da Quaresma, os irmãos se entreguem à leitura desde manhã até ao fim da segunda hora» (RB, 48), isto é, desde as *6 às 8 horas*.

Manda ainda que, na Quaresma, se tomem da biblioteca livros e se distribuam pelos irmãos para que os leiam, marcando para isso um horário dilatado, que vai desde a manhã até ao fim da terceira hora (RB, 48), isto é, das *6 às 10 horas*, havendo quem vá pelas celas verificar se os irmãos estão ou não a ler (RB, 48). Normalmente, duas horas eram destinadas por dia para a leitura. Na Quaresma, esse tempo alargava-se a quatro horas. Por último, determina o Santo Patriarca que «aos domingos, entreguem-se todos à leitura» (RB, 48), pois que, nesse dia, não há trabalho manual.

Vejam como isto é importante, uma vez que, reparem, estava-se apenas no século VI, quando os bárbaros invadiam a Europa, não havia escolas oficiais e quase toda a gente era analfabeta. Os mosteiros funcionavam não só como escolas do serviço de Deus através da recitação do Ofício Divino, mas também como escolas de letras, pelo que, praticamente, todos os monges sabiam ler e escrever. Daí irão nascer as célebres «Escolas monásticas» da Idade Média. Vejam que até o grande S. Tomás de Aquino, no século XIII, foi aluno na Escola do Mosteiro de Monte Cassino, que ficava perto da sua terra.

Por causa disso, os mosteiros foram os grandes criadores e difusores dos *Scriptoria*. Na realidade, o *Scriptorium* constituía a grande oficina de trabalho intelectual, onde os monges, copiando códices, se creditaram como grandes difusores de cultura e garantes da sobrevivência da cultura antiga.

Alguns mosteiros foram verdadeiramente laboratórios de cultura e tornaram-se credores do respeito e da admiração pelo trabalho que desenvolveram para copiar, conservar e transmitir tantos códices: Reichenau, Monte Cassino, Subiaco, Mont Saint Michel, Cister, Alcobaça; Santa Cruz de Coimbra¹³. Assim é que na França contemporânea, a cidade de Avranches, na Mancha, criou um museu especial para guardar e mostrar os manuscritos da antiga abadia de Mont Saint Michel. Nasceu, desse modo, o

¹² DIAS, Geraldo J A Coelho – «*Ora & Labora*». *À procura da origem da divisa beneditina*. «Humanitas», Coimbra, vol. L, 1998, 293-298.

¹³ MOREIRA DE SÁ, A. – *Primórdios da Cultura Portuguesa*. «Arquivos de História da Cultura Portuguesa», I, n.º 1, Lisboa, 1967.

«SCRIPTORIAL», o qual pretende conservar a memória do *Scriptorium* daquele celeberrimo mosteiro e uma das oficinas mais fecundas da Idade Média, da qual chegaram até nós cerca de 200 códices, que vão do século IX ao XV, entre eles o notável cartulário adornado com 115 cartas a dar conta das doações ao mosteiro e respectivos doadores.

Famosíssimo foi o *Scriptorium* do mosteiro beneditino espanhol de S. Domingos de Silo, onde se elaboraram os primeiros documentos da língua espanhola e se burilaram as celeberrimas iluminuras visigóticas do Apocalipse do Beato de Liébana e outros códices.

Nos nossos tempos também mereceram particular atenção e publicação documentos do mosteiro de Cister¹⁴, alguns deles bem iluminados, e que mostram a atenção que mereceram dos primeiros cistercienses. Isto apesar de S. Bernardo dizer aos seus discípulos que os religiosos mais encontrariam de instrução nos bosques, à sombra das árvores e nas pedras, que nos livros e nas escolas¹⁵.

Em Monte Cassino, no ano de 1996, organizou-se uma exposição com muitos códices manuscritos da antiguidade clássica, razão pela qual a exposição foi cognominada de «Virgílio e o claustro».

Também entre nós se fez já a publicação dos 456 códices de Alcobaça¹⁶ guardados na Biblioteca Nacional de Lisboa e, há bem pouco, no Porto, fez-se a edição do catálogo dos manuscritos do mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra¹⁷, conservados na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Também se inventariou o conjunto de manuscritos existentes na biblioteca de Tibães e agora reunidos no Arquivo Distrital de Braga¹⁸.

SCRIPTORIUM, palavra de origem latina, significa lugar onde se escreve. Era, portanto, uma das oficinas dum mosteiro, precisamente aquela onde monges especializados na arte da escrita, quando ainda não se tinha descoberto a imprensa ou tipografia de caracteres móveis, transcreviam textos sobretudo em pergaminhos e faziam as extraordinárias iluminuras de missais, breviários litúrgicos, livros de horas, Regras de S. Bento, etc. Neste aspecto, procurem avaliar o valor da «Bíblia iluminada dos Jerónimos» e dos «Forais Novos» do tempo do nosso rei D. Manuel I, o Venturoso.

Tenhamos presente que o papel só começa a circular a partir do século XIV-XV, e isso explica porque é que os livros escritos em pergaminho, à mão, eram caros e raros, obra da paciência e do sacrificado trabalho de monges e clérigos.

Desde que foi inventada a tipografia com o uso do papel, os monges aproveitaram logo a sua utilidade. Assim, na Itália, a primeira tipografia foi a do mosteiro de Subiaco, em 1465. Depois, pela história, sabemos como, efectivamente, desde a reforma do Concílio de

¹⁴ ZALUSKA, Yolanda – *L'Enluminure et le Scriptorium de Cîteaux au XII siècle*. Cîteaux, 1989.

¹⁵ «*sub umbra arborum senseris quale numquam didicisse in scholis*» (BERNARDUS CLARAVALLENSIS – «*Amplius invenies in silvis quam in libris*»; *Idem – Epistola* 106).

¹⁶ *Inventário dos códices alcobacenses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1930-1978.

¹⁷ *Catálogo dos códices da livraria de mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto* (coordenação de Aires Augusto Nascimento e José Francisco Meirinhos). Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997.

¹⁸ MATA, Aida; RAMOS, Anabela; SOARES, Maria José – *Manuscritos da livraria do Mosteiro de São Martinho de Tibães*. Braga: Museu do Mosteiro de S. Martinho de Tibães, 2000.

Trento até aos nossos dias, os monges se ocuparam dos estudos. Se, já desde o século X-XII, principalmente se dedicavam ao estudo das coisas santas (*Sacris erudiri*), não lhes podemos negar a «*voluntas studendi*» e a organização de verdadeiras bibliotecas nos seus mosteiros¹⁹. Que belo livro, a este propósito, escreveu o beneditino D. João Leclercq²⁰!

Em Portugal, a imprensa entrou pela mão da religião. No Sul, em Faro, por meio dos judeus que imprimiram o primeiro livro hebraico – *Pentateuco* – em 1487, sem dúvida, o primeiro incunábulo português mas não em português. No Norte, a imprensa entrou por Chaves onde, a serviço do Arcebispo de Braga e sua Diocese, se imprimiram os primeiros incunábulo em português: «Sacramental» de Clemente Sanchez de Vercial, arcebispo de Valdeiras, em 1488, e o «Tratado da Confissom», em 1489. A cidade de Chaves, na fronteira com a Espanha, entrou nas vias da cultura e foi a porta da entrada para Portugal, onde os Arcebispos atraíram tipógrafos espanhóis para imprimirem livros ao serviço da religião²¹. O autor esclarecido desta iniciativa pastoral foi o Arcebispo D. Jorge da Costa (1486-1501). Como se vê, e é preciso tê-lo em conta, a mola accionadora do novo invento da tipografia em Portugal foi a religião²², se bem que, depois, o Estado tenha colaborado para impor a censura e fazer os índices dos livros proibidos.

Praticamente, todas as ordens religiosas tinham os seus mosteiros e as suas bibliotecas, sobretudo franciscanos e dominicanos.

Também os beneditinos portugueses, nos séculos XVI-XIX, formaram as bibliotecas dos seus mosteiros e se tornaram patrocinadores da imprensa, mandando imprimir a Regra de S. Bento (1586) e os livros oficiais da sua Congregação segundo um plano de evidente estratégia cultural monástica²³. Note-se que a «Regra de S. Bento», pequenina, liliputiana, é um dos livros mais impressos em Portugal e, após o terramoto de Lisboa, tornou-se mesmo um amuleto contra os perigos da natureza. Disso dá testemunho Camilo quando, no romance do «Eusébio Macário», refere que «Ele não acreditava em Deus nem na imortalidade da alma; mas tinha grande devoção com S. Bento; incomodava o Santo, quando picava a febre-amarela, com rogos e promessas; entregava-lhe nas viagens o cuidado das suas malas, como a um escudeiro, e o do seu fígado e do seu hidrocele como ao facultativo de bordo. Trazia ao pescoço, pendente dum trancelim de ouro, a Regra do milagroso Patriarca»²⁴. Volta a dizer na «Brasileira de Prazins», corroborando o patrocínio de S. Bento na luta contra o maligno: «Lançou-lhe ao pescoço um santo lenho, um breve de marca, a Verónica de S. Bento...»²⁵. Depois, repete quase o mesmo nas «Memórias do Cárcere»²⁶.

19 CENCETTI, Giorgio – *Scritture e circolazione libraria nei monasteri benedettini*. «Libri e lettori nel Medioevo. Guida storica e critica» (a cura di Guglielmo Cavallo). Roma: Editori Laterza, 1989, 73-97.

20 LECLERCQ, D. Jean – *L'amour des lettres et le désir de Dieu*. Paris, 1957.

21 DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *Chaves nas vias da cultura*. «*Aquae Flaviae*», 1, 1989, 105-121.

22 DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *A ideologia religiosa e os começos da imprensa em Portugal*. «Revista de História», VII. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1988, 159-168.

23 DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *O programa da edição de livros na antiga Congregação Beneditina Portuguesa*. «Revista Portuguesa de História do Livro», ano V, n.º 9. Lisboa: Edições da Távola Redonda, 2001, 77-109.

24 CASTELO BRANCO, Camilo – *Eusébio Macário*. In «Obras completas», vol. VIII. Porto: Lello & Irmão Editores, 1988, 502.

25 *Idem* – *Ibidem*, 835.

26 *Idem* – *Memórias do Cárcere*, I, Cap. VII. In «Obras Completas», vol. XI. Porto: Lello & Irmão Editores, 1990, 459.

Aqui têm, portanto, porque podemos e devemos considerar os monges cultores dos estudos monásticos, precursores da cultura ocidental e grandes construtores de bibliotecas nos seus mosteiros. Aliás, antes do Iluminismo do século XVIII, na Europa, as bibliotecas eram essencialmente religioso-culturais e, por isso mesmo, obra de instituições eclesíásticas e monásticas. Recolhiam-se livros da cultura clássica greco-romana, escritos dos Santos Padres da Igreja, Bíblias e comentários à Sagrada Escritura, Sermões, Direito, História. O Património da Europa ocidental, as suas raízes culturais, tudo isso é tributário, em grande parte e substancialmente, do Cristianismo e das suas instituições.

3. AS BIBLIOTECAS MONÁSTICAS BENEDITINAS

Todos conhecem ou ouviram falar do célebre livro de Umberto Eco – *O nome da Rosa*, aparecido em 1984. Todo ele se passa na biblioteca dum mosteiro beneditino, tendo-lhe servido de pano de fundo a maravilhosa biblioteca barroca do extraordinário Mosteiro de Melk, na Áustria. Isso mesmo explicou o autor em conferência que lá fez.

Com efeito, há muito, alguém disse: «A Biblioteca é o verdadeiro tesouro dum mosteiro. Sem ela, o mosteiro é como uma cozinha sem panelas, uma mesa sem comida, um rio sem peixes, um jardim sem flores, uma carteira sem dinheiro, uma vinha sem uvas, uma torre sem guarda, uma casa sem móveis». Na verdade, o nível intelectual duma comunidade beneditina e a sua dimensão cultural são bem o índice revelador da sua vitalidade. Quando os monges dum mosteiro não lêem, quando se não interessam pela cultura nem têm apreço pelas artes, podemos dizer e perceber como o fim desse mosteiro está eminente, porque as instituições monásticas morrem como os seus monges.

É certo que, hoje, podemos admirar extraordinárias bibliotecas monásticas beneditinas por essa Europa fora que são também admiráveis obras de arte: Monte Cassino, Subiaco, Admont, Kremsmünster, Melk, como eram célebres as bibliotecas de Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra, S. Vicente de Fora, Tibães, Arouca, Lorvão e outros mosteiros antigos de homens e de mulheres. E não quero falar dos mosteiros contemporâneos, como Santo Anselmo de Roma, Beuron, Maria Laach, Solesmes, La Pierre-Quivire, Montserrat, Silos ou Singeverga, S. João Baptista de Collegette (EUA), S. Sebastião da Baía e S. Bento do Rio de Janeiro (Brasil).

4. AS BIBLIOTECAS BENEDITINAS PORTUGUESAS, SÉCULOS XVI-XIX

Apenas reformada e estabelecida, a Congregação dos Monges Negros de S. Bento do Reino de Portugal (1566-67), logo no I Capítulo Geral, reunido no Mosteiro de Tibães (1570), procurou-se dar relevo à formação intelectual dos monges, levando-os, inclusive, a frequentar a Universidade de Coimbra. Aí, na diacronia da história, bastantes deles foram mesmo professores, muitos foram pregadores, alguns dedicaram-se à história e à genealogia, e bastantes foram cronistas dos mosteiros, dietaristas e cronistas da

Congregação, professores da Universidade de Coimbra, onde ditaram muitos dos seus comentários.

Camilo Castelo Branco foi um grande apreciador de escritos monásticos e entrou até no negócio de manuscritos de Tibães e outros mosteiros, de cujos textos tirou inspiração para alguns dos seus romances, como «A Viúva do enforcado», já passado em telenovela, e «A Bruxa de Monte Córdova». O mesmo Camilo publicou «As memórias do Beneditino Fr. José Queiroz» (1764), de quem existe um retrato em Tibães, criatura que o Marquês de Pombal fez Bispo do Grão-Pará, no Maranhão do Brasilico Lusitano, e a quem, posteriormente, o mesmo Marquês desterrou para o isolado Mosteiro de Arnóia, em Celorico de Basto, onde, pouco depois, morreu de tristeza e apoplexia²⁷.

Camilo publicou ainda na colectânea «Mosaico e Silva de curiosidades Históricas, Literárias e Biográficas» um crítico artigo com a «Notícia dos primeiros galopins eleitorais em Portugal», seguido dum curioso texto anónimo sobre as bibliotecas beneditinas dos mosteiros do Entre Douro e Minho, sob o título «Um viajante no Minho em 1785»²⁸. O saudoso abade de Singeverga, D. Gabriel de Sousa²⁹, conseguiu identificar esse anónimo com o ilustrado Fr. Bernardo da Esperança Teles que, depois, foi Abade Geral de Tibães e da Congregação Beneditina Portuguesa (1795-98).

Vindo da sua terra natal de Tondela, perto de S. Pedro do Sul, atravessou o rio Douro em direcção a Alpendurada e foi percorrendo em volta todos os mosteiros, deixando um breve apontamento do estado das respectivas bibliotecas e cartórios num papel que intitulou «Lembrança do que vi e passei na jornada que fiz ao Minho no ano de 1785». Foi esse Dom Abade, admirador dos beneditinos mauristas de França, que encarregou Fr. António da Assunção Meireles de escrever as «Memórias dos mosteiros da Congregação Beneditina», à base dos documentos dos cartórios, das quais chegaram até nós as de Paço de Sousa, Pombeiro, Bustelo, já publicadas, e as de Ganfei. Dele dirá o célebre Cardeal Saraiva: «Sabemos... do zelo solícito com que promoveu a boa educação moral e literária dos religiosos moços, que, sendo oportunamente criados em boa doutrina, formam a mais segura e precisa esperança da Congregação»³⁰. Para isso, foi o mesmo Geral também que, em Tibães, mandou ordenar a Biblioteca e fazer o respectivo Catálogo. Infelizmente morreu quase na flor da idade, com 52 anos, em 2/I/1798, no Hospício Beneditino de Braga, no Campo da Vinha, sendo sepultado em Tibães.

Na realidade, foi a partir do governo deste Dom Abade Geral, que os beneditinos portugueses mais se preocuparam com o arranjo e progresso das bibliotecas dos mosteiros, embora esse labor fosse consequência do iluminismo, que o Marquês de Pombal aticara entre os beneditinos. Dada a admiração que tinha pelo Marquês, o famoso Fr. Joaquim de Santa Clara Brandão (1818), que viria a ser Arcebispo de Évora, quando ainda era professor em Coimbra, atreveu-se a fazer o elogio fúnebre do dito

27 CASTELLO BRANCO, Camilo – *Memórias de Fr. João de S. Joseph Queiroz, Bispo do Grão-Pará*. Porto: Tipographia da Livraria Nacional, 1868; CASTELO BRANCO, Camilo – *Obras completas*, vol. XV. Porto: Lello & Irmão, 1993.

28 CASTELO BRANCO, Camilo – *Obras completas*, vol. XV. Porto: Lello e Irmão Editores, 1993, 333-348.

29 SOUSA, D. Gabriel de – *Camilo e a «Lembrança de Fr. Bernardo»*. «O Tripeiro», 2. Porto, 1971, 25-227.

30 SÃO LUÍS, Fr. Francisco de – *Livro dos óbitos de Tibães*, Ms. do Arquivo de Singeverga, fl. 9-13v.

Marquês, já caído em desgraça. Na verdade, entre os séculos XVII-XVIII, com a exuberância do barroco, os mosteiros não só se renovaram estética e artisticamente, como se procuraram ilustrar pela cultura, de que uma boa biblioteca era expoente. Assim, vejam como o livro manuscrito dos Óbitos de Santo Tirso relata a obra do abade Fr. Alexandre de S. Tomás (1716-1789). Na realidade, quando abade de Santo Tirso (1767-70), «fez a casa da Livraria com grandeza e aceio que hoje se admira»³¹.

Nesse período, muitos «estados» dos mosteiros referem a compra de livros para a biblioteca. É, então, que se criam os cargos de Cronista-mor da Ordem, Cartorário-mor, Director dos estudos, tudo a evidenciar a preocupação cultural, iluminista. Vários monges especializaram-se em escrituras antigas e deram bons paleógrafos e diplomatas³²: Fr. Marceliano da Ascensão (1766), Fr. Francisco de Santa Escolástica (+1780), Fr. Manuel de S. Paulo (1791), Fr. João Crisóstomo de S. Tomás (+1783), que comprou os livros da especialidade do beneditino maurista francês, João Mabillon, para a Livraria do Colégio de Coimbra, Fr. António da Assunção Meireles (1808), que escreveu as memórias para a História Geral da Congregação de S. Bento, Fr. Bento de Santa Gertrudes (1846). Até o ex-Abade Geral, Fr. José de Santa Rosa Vasconcelos (1801-1804+1828), recolhendo-se a Santo Tirso, reivindicou para si a tarefa de trabalhar no cartório, organizá-lo e fazer traslados de muitos documentos³³ que João Pedro Ribeiro aproveitou para seus estudos³⁴.

Por outro lado, sabemos que os monges, talvez devido ao iluminismo do período do Marquês de Pombal, procuram junto da portaria dos mosteiros inculcar o ensino das primeiras letras à gente analfabeta dos meios rurais. Neste sentido falam documentos da Biblioteca da Universidade de Coimbra³⁵ onde se indica uma «Lista dos mosteiros destinados para o ensino público» e os abades e religiosos aos quais «se hão de passar cartas para haverem de ter escolas de ler, com as Ordinárias que lhes competem». Foi por isso que, a pedido do irmão leigo, Fr. José da Conceição, mestre régio de Primeiras Letras no Mosteiro de Tibães, que Fr. Francisco de S. Luís, futuro Cardeal Saraiva, traduziu a obra «Guia da Mocidade»³⁶. Também o Irmão leigo ou donato, que viria a ser Fr. José de Santo António Ferreira Vilaça, aceitou ser «mestre-escola», de 1786 a 1796, no mosteiro de Rendufe, em Amares.

Também neste período, pelos «Estados dos Mosteiros» enviados para o Capítulo Geral que, de três em três anos, se reunia em Tibães, podemos acompanhar o interesse e a despesa que os mosteiros faziam com as bibliotecas, inclusive com os livros comprados para elas. Nos «Estados» dos mosteiros vem sempre uma alínea sobre a Biblioteca e, não raro, se explicitam os livros adquiridos e as melhorias realizadas.

Claro que as bibliotecas beneditinas mais importantes eram as dos mosteiros

³¹ *Livro das vidas dos monges de Santo Tirso*, Ms. do Arquivo de Singeverga, fls. 84r-85r.

³² CRUZ, António – *Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1967.

³³ *Livro das vidas dos monges de Santo Tirso*, fl. 125, Ms. do Arquivo de Singeverga.

³⁴ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro. Com Apêndices de estudos sobre as Ordenações Afonsinas e de documentos do cartório do Mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, Coimbra, 1938*.

³⁵ BUC – Mss. 2529 e 2530.

³⁶ *Guia da Mocidade*, Tradução. Lisboa: na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1797.

urbanos e intelectuais (Colégio de S. Bento, em Coimbra e Mosteiro de S. Bento da Saúde, em Lisboa). Todavia, indiscutivelmente, a biblioteca do Mosteiro de S. Martinho de Tibães, Casa capitular de toda a Congregação dos 22 mosteiros da Metrópole e dos 12 do Brasil, mereceu particular atenção e tem singular importância. Não me quero antecipar ao que da Biblioteca de Tibães se vai dizer por quem hoje lá trabalha para dar vida àquele grandioso mosteiro nem à tese de Mestrado, defendida na Universidade de Évora e a ser publicada brevemente³⁷. Falarei, antes e rapidamente, das bibliotecas dos mosteiros rurais do nosso Minho e que nós podemos seguir pelos rigorosos inventários feitos em 1834, agora guardados na Torre do Tombo, em Lisboa.

Poderíamos apontar os mosteiros de Arnoia, Bustelo, Cabanas, Ganfei, Miranda, Neiva, Palme, Rendufe, Refojos de Basto, Pombeiro, Paço de Sousa, Pendorada (Alpendurada), Santo Tirso, Travanca, não falando dos que se situavam abaixo do Douro: Cucujães, Coimbra, Santarém, Estrela e S. Bento da Saúde, em Lisboa. Nas bibliotecas que se começavam a ordenar ou catalogar, muitas vezes aparecem livros impressos e manuscritos, sobretudo de história beneditina, que pertenciam ao espólio dos monges falecidos, como foi, em Travanca, o caso das compilações de Fr. Alexandre da Paixão sobre as «Monstruosidades do tempo e da Fortuna» em tempo do rei D. Afonso VI (1662-1680), 4 volumes, que a Câmara Municipal do Porto publicou em 1938, os sermões de Fr. Jorge de Carvalho, as poesias de Fr. Jerónimo Baía, não falando dos livros impressos da «Benedictina Lusitana» de Fr. Leão de S. Tomás, dos livros do cronista mor do Reino, Fr. Rafael de Jesus, ou dos escritos hagiográficos de Fr. João dos Prazeres sobre as «Empresas» da vida de S. Bento e outros.

D. Gabriel de Sousa, um apaixonado das coisas beneditinas, chegou a conceber o plano de, à maneira de Inocêncio da Silva, escrever uma «Biblioteca Benedictina Lusitana».

Nas antigas bibliotecas beneditinas, poucos livros aparecem daquilo que, hoje, chamamos «obras literárias» (romances, ensaios, poesia, viagens). Sabemos, porém, que recebiam jornais, alguns mesmo estrangeiros, da Inglaterra e da França, e que vários monges, como Fr. Francisco de S. Luís, chegaram a ter licença para ler livros proibidos; em Tibães, havia mesmo a «Encyclopédie» de Voltaire e Diderot. De resto, o carácter cultural e enciclopédico está bem patente no «Dietário de Tibães», manuscrito que eu possuo e que ele começou a escrever em 1798. Infelizmente, o Cardeal Saraiva, que organizou o índice da Biblioteca de Tibães³⁸, não chegou a ver a sua obra impressa em 10 volumes no ano de 1883. Dele ficaram muitos manuscritos, agora doados ao Patriarcado de Lisboa e outros guardados em Singeverga; acaba de ser publicado o seu manuscrito inédito que se intitula «Catálogo dos Escritores Beneditinos»³⁹ e, sobre a sua biblioteca, já foi realizado um pormenorizado estudo⁴⁰.

³⁷ RAMOS, Maria Teresa Calheiros de Oliveira – *A Biblioteca de Tibães*. Évora, 2007 (Trabalho policopiado de Mestrado; será publicado na revista «Bracara Augusta»).

³⁸ RAMOS, António Luís de Oliveira – *Os monges e os livros no século XVIII: o exemplo da biblioteca de Tibães*. «Bracara Augusta», XXXV, fasc. 79 (96). Braga, 1981.

³⁹ RAMOS, António Luís de Oliveira – *Inéditos do Cardeal Saraiva (Historiografia Monástica)*. «Bracara Augusta», vol. LI, n.º 106 (119), 2003, 183-279 («Catalogo dos Escritores Benedictinos da Congregação de Portugal»).

⁴⁰ CARDOSO, António de Barros – *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 1995.

Aliás, o agora tão estudado tema da leitura, dos livros e das bibliotecas vem sendo desenvolvido de há anos. Vejam só que, em 1915, se publicou uma relação das pessoas que compraram livros da biblioteca do pequeno mosteiro de Palme, perto de Barcelos, a qual, em 1.153 lotes, rendeu 2.465\$77, mas não se indicam os títulos dos livros, que, todavia, se podem ver no Inventário de 1834⁴¹.

Também foi feito o levantamento da Livraria do Mosteiro de Carvoeiro, segundo o inventário de 1834 em 22 folhas, copiado em Barcelos a 23/VII/1834 pelo tabelião Domingos José de Faria, encarregado do Inventário⁴². A biblioteca ou livraria, bem sortida, é rica e variada e, nela, não faltam secções de Bíblia, Exegese, valiosa Patrística, Clássicos gregos e latinos, História Monástica, História Pátria, Espiritualidade, Hagiologia (*Flos sanctorum*), Literatura («Primavera» de Francisco Rodrigues Lobo) e dicionários de línguas (espanhol, francês, toscano=italiano, latim), Moral, Medicina, Sermões (Vieira e Bernardes), Retórica; Gazetas (*Gazeta de Lisboa*, de 1809 a 1833) e vários folhetos.

A livraria estava ordenada um pouco a esmo por letras (A=, B=, C=, D=, F=, G=, H=). Em face da variedade e riqueza desta livraria, nós demo-nos ao trabalho e ao prazer de contar os seus títulos e volumes. São 720 títulos e 1.329 volumes, quase todos assinalados com datas e medidas, embora a transcrição dos autores e títulos seja, horrorosamente, deficiente. Para mim, esta livraria era, sem dúvida, curiosa e notável e, note-se, estava em pleno interior rural minhoto! Não me consta que o mosteiro tivesse particular importância didáctica ou formativa na Congregação Beneditina. Ali, verificava-se mesmo o gosto pelos livros e pela cultura.

Outro mosteiro que mereceu a nossa análise foi o Mosteiro de Pombeiro, perto de Felgueiras, completamente queimado pelos franceses, em 1809; dele só escapou a igreja que, por sinal, é uma verdadeira «jóia no vale», como diz um curioso livro de banda desenhada⁴³. A biblioteca, com índices do cartório já feitos em 1742 e 1793 a ocupar 30 gavetas de pergaminhos, prazos e igrejas, foi reconstruída e pintada e logo se começou a comprar livros, entre os quais predominavam os de Sagrada Escritura, Teologia, Sermões, Ciências e Direito canónico, História monástica; contava também os jornais: *Gazeta de Lisboa* (1809), *Correio do Porto* (1829-32), e *Correio de Londres* (1819). Poucos eram os livros de literatura e mesmo os de história da Igreja ou de Portugal. No inventário, vêm todos discriminados e com a respectiva avaliação em dinheiro; contam-se 175 títulos, alguns com vários volumes, de tal modo que podemos dizer que, ao todo, não ultrapassavam os 250 volumes⁴⁴.

41 SANTOS, Manoel dos (dir.) – *Relação das pessoas que adquiriram. Preços por que foram vendidos os livros da Bibliotheca do Mosteiro de Palme*, em leilão realizado em 5 de Abril de 1915 e continuado nos dias seguintes sob a direcção de (...). Lisboa, 1915. Cfr. IAN/TT – AHMF: *Mosteiro de Palme, Inventário* N.º 295, Cx. 2241. Em Singeverga, existe o «*Index da Bibliotheca*» de Palme, Ms. in 4.º de 135 fls., datado de 1793, encadernado a couro, Arq. Singeverga, Cx. 19, Livro. 20.

42 IAN/TT – AHMF, *Mosteiro de Carvoeiro, Inventário* N.º 84, Cx. N.º 2203.

43 RUY, José – *A jóia no vale*. Porto: Edições ASA/Câmara Municipal de Felgueiras, 1995. Existe também uma gravação vídeo em cassete.

44 IAN/TT – AHMF, *Inventário de Santa Maria de Pombeiro*, N.º 312, Cx. N.º 2244. O inventário é de 21/VI/1834, presentes 4 monges que apresentaram como cabeça e «nosso bastante procurador no inventário» o Pe. Me. Dr. Fr. António Feliciano de Santa Rita Carvalho, OSB, que se manteve no mosteiro até ai fim do inventário em 9/III/1834, e só no fim assina sem Frei e como Doutor, ex-D. Abade. Na gaveta 31 do cartório fala-se de dois rolos de pergaminho «queimados por incêndio do tempo da Invasão dos Franceses».

Mas vejamos o que diz a «Viagem pelo Minho em 1785», antes do incêndio: «Mal cumprimentei o abade, fui à Livraria, que achei composta do modo que sabiam. É maior que a de Bustelo e Travanca, mas sem livros de consideração. Vi nela os manuscritos apontados noutra lembrança. A igreja é magnífica e no último asseio, quase toda pintada, porém, os ataques não prometem muita duração. Logo abaixo da capela-mor está a sepultura de Manuel de Faria e Sousa, sobre a qual puseram modernamente um muito mau e pedantesco epitáfio»⁴⁵. Diga-se que Manuel Faria e Sousa, natural de Pombeiro, Secretário do beneditino Bispo de Porto, Dom Fr. Gonçalo de Morais, foi um filocastelhano que, depois do período filipino, viveu em Madrid, onde escreveu várias obras que, agora, a Biblioteca Municipal de Pombeiro tenta recuperar e comprar.

Já agora, vejamos o que diz da Biblioteca do mosteiro de Bustelo, relativamente perto de Penafiel: «Cheguei pelas 4 horas a Bustelo, pequeno mas muito bonito mosteiro. Fui logo à livraria, que com efeito tem os livros nas estantes com sua arrumação, se bem que muito má, ainda que o bibliotecário disse que tinha cuidado nisto. No pouco tempo que tive para ver, achei alguns livros portugueses de primeira raridade, e não poucos, um dos quais era: “Livro insigne das flores e perfeições das vidas dos gloriosos santos do Velho e Novo Testamento, por Marcos Marulo, traduzidos por Frei Marcos de Lisboa, 1579” – livro que ainda não tinha visto».

Também na mesma está manuscrita a história da fundação do Mosteiro de S. Bento de Lisboa e alguns casos sucedidos neste tempo, tudo com muita digestão e clareza, composta por Frei Cristóvão de Almeida, em 1678, obra digna de copiar-se e ajuntar-se aos MMSS do Mosteiro de Lisboa⁴⁶. O Inventário do IAN/TT – AHMF aponta o quantitativo de 2.426 volumes e faz a sua descrição.

O monge viajante, se gaba algumas livrarias, como a de Pendurada, com 3.074 livros no Inventário de 1834⁴⁷, não se coíbe de denunciar o mau estado e desarranjo das bibliotecas, como aconteceu em Paço de Sousa, onde a livraria estava «sem ordem alguma; metade dos livros estavam pelo chão e muitos abertos por cima das mesas... a casa estava imunda, forrada de teias de aranha. Lembrei ao abade tamanhos descuidos e fiquei com o Reverendo Dores de principia-la logo a pô-la em ordem, para o que lhe dei as instruções necessárias, comprometendo-me logo a cuidar nisso»⁴⁸. Note-se que o inventário de 1834 regista 2.232 volumes e, da fl. 72 a 95, faz a descrição dos livros com indicação dos volumes distribuídos por 33 casas (repartições), informando que, na respectiva descrição, se gastaram quatro dias⁴⁹.

Foi Fr. Bernardo da Esperança Teles quem encarregou Fr. Francisco de S. Luís (futuro Cardeal Saraiva) de organizar um catálogo da livraria de Tibães. De resto, vejamos o que ele diz da biblioteca de Tibães na sua «Lembrança do que vi... em 1785»:

⁴⁵ CASTELO BRANCO, Camilo – *Obras completas*, vol. XV. Porto, 1993, 341-342. Cfr. O artigo sobre Manuel de Faria e Sousa, *Ibidem*, 265-280.

⁴⁶ *Idem* – *Ibidem*, 340.

⁴⁷ IAN/TT – AHMF, *Mosteiro de Pendurada, Inventário N.º 300, Cx. 2243*, fl.15.

⁴⁸ *Idem* – *Ibidem*, 339.

⁴⁹ IAN/TT – AHMF, *Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa*, N.º 292, Cx. 2241.

«Depois da missa fui à livraria, que está arrumada pelo reverendíssimo Serafins em muito má ordem, mas tem já seu índice, posto que também muito mau. Pareceu-me que constaria de 7 a 8.000 volumes. Tem bastante direito canónico, muitos Santos Padres, e um grande número de bons autores modernos. O comprimento da livraria é de 43 pés e largura 29 (13,10m x 8,84m). Parece-me que não tinha manuscritos de consideração nas gavetas. Os das estantes vão lembrados noutra folha»⁵⁰. De facto, a Biblioteca de Tibães, segundo o Catálogo ou Índice elaborado por Fr. Francisco de São Luís Saraiva em 1798 (ADB – UM, *Colecção de Manuscritos. Mosteiro de Tibães, Ms. 950*), contava 3.357 títulos e mais de 4.000 volumes. Ali predominavam obras de Teologia, História, Literatura, Jurisprudência, Ciências e Artes, e História literária e Bibliografia. Mas a biblioteca de Tibães foi aumentando em número até 1834.

Como se percebe, o célebre monge Dom Abade Geral, Fr. Bernardo da Esperança Teles (1795-98), era um representante do governo da Ordem, imbuído do movimento intelectual que perpassava pela Congregação Beneditina, e de que a preocupação pelas bibliotecas e cultura dos monges era o espelho mais imediato e saliente. Nesse tempo, a Congregação Beneditina contava vários professores na Universidade de Coimbra e queria aplicar critérios de formação intelectual crítica e científica aos seus monges. Nesse tempo, aparecem os grandes intelectuais beneditinos Fr. Joaquim de Santa Clara Brandão, Fr. Francisco de S. Luís ou Cardeal Saraiva, Fr. Vicente da Soledade e Castro, Fr. António da Assunção Meireles, Fr. Bento de Santa Gertrudes, etc. Esta é apenas uma amostra da pléiade de monges ilustres em letras e saber que os Beneditinos contavam no último quartel do século XVIII e princípios do século XIX (da Ilustração ao Liberalismo), estimulados pelo exemplo dos monges mauristas de França e pelo movimento das luzes ou iluminismo incutido ao tempo do Marquês de Pombal. Para isso elaboraram mesmo dois novos «Planos de estudos» dentro da Congregação (1776 e 1789) em vista da formação dos seus monges.

Com o Decreto da expulsão das Ordens religiosas (29-30/V/1834), os livros das bibliotecas beneditinas foram roubados, vendidos, queimados, mas muitos estão ainda acondicionados no fundo antigo da Biblioteca Pública de Braga, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, da Biblioteca Nacional de Lisboa e de outras, constituindo valioso espólio de cultura, que valerá a pena reconstituir, até porque, entre elas aparecerão, de certeza, preciosidades ao nível de manuscritos, de incunábulo, de raridades bibliográficas.

Estas são, indiscutivelmente, bibliotecas de outro tempo, de carácter prevalentemente religioso dado o atraso do ensino em Portugal, mas constituíam o essencial da formação monástica e podem assumir-se como um termómetro de aferimento do nível cultural português. Como tais, não podiam deixar de ser um apreciável bem cultural numa época em que o saber ler e escrever era de poucos. O que dissemos das bibliotecas dos mosteiros beneditinos da Metrópole podíamos, em boa medida, dizê-lo de todas as casas religiosas, masculinas e femininas. Nelas estava, em grande parte, o património cultural da nação.

⁵⁰ BRANCO, Camilo Castelo – *Um viajante no Minho em 1785*. In «Mosaico e Silva». Obras Completas, vol. XV. Porto: Lello & Irmão Editores, 1993, 343.

Baste dizer que, na biblioteca do Mosteiro de S. Bento da Saúde, Lisboa, havia uma primeira edição dos Lusíadas de 1572, a qual, hoje, se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, possivelmente levada por um monge egresso (Fr. João de Guadalupe?), consciente do seu valor.

Quando o terramoto de 1755 destruiu Lisboa e a Torre do Castelo, onde, como num túmulo (TOMBO), se guardavam as escrituras oficiais, foi dentro do Mosteiro de S. Bento da Saúde, actual Assembleia da República e Palácio de S. Bento, que se foi albergar o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Vejamos, pois, como Camilo tinha razão ao desafiar os políticos do seu tempo, exorcizando-os com a afrontosa afirmação: «Ah! que saudades eu tenho dos frades (monges), quando os vejo justificados pelos sandeus que lhes herdaram todas as manhas, sem a mínima das virtudes»⁵¹!

Homens do Liberalismo, mas verdadeiros intelectuais, como Herculano, como também Almeida Garrett, escreveram em favor dessa «classe desgraçada», que eram os egressos dos mosteiros⁵². Anos depois, em vésperas da República, lamentoso, escrevia Alberto Pimentel: «O frade, em Portugal, foi uma civilização e ainda hoje, depois de extintas as ordens religiosas, é uma literatura»⁵³. Por último, de forma cáustica, Hipólito Raposo pôde classificar, e compreende-se porquê, a expulsão dos religiosos como «o mais violento traumatismo espiritual da história portuguesa»⁵⁴.

Este pequeno estudo prova à evidência a mais-valia das bibliotecas que os monges beneditinos instituíam nos seus mosteiros, quer fosse nas cidades, quer fosse mesmo na ruralidade da Província do Entre Douro e Minho.

⁵¹ CASTELO BRANCO, Camilo – *Notícia dos primeiros galopins eleitorais em Portugal*. In «Mosaico e Silva». Obras completas, vol. XV, 257.

⁵² HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos*, T. II. Lisboa, 1843, 323-326.

⁵³ PIMENTEL, Alberto – *Santo Thyrso de Riba d'Ave*, 1902, 11.

⁵⁴ RAPOSO, Hipólito – *Folhas do meu cadastro*. Lisboa, 1945, XVII.